
18ª. Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 18ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Eduardo Henrique Ferreira Gonçalves, membro titular (Assessor Jurídico do Ministério Público Federal); Renato Belini de Oliveira Costa, membro suplente (Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará); José Edson Maciel, membro titular (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A); Eduardo Romano Bustamante, membro titular (Norsk Hydro Brasil); Gilvandro Santa Brígida, membro titular e Marcos Lobato, membro suplente (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Barcarena); Mário Santos, membro titular (Representante da Sociedade Civil – Região 1 – Comunidades Quilombolas e Tradicionais); Jackeline Sales, membro titular e Rosenilda Evangelista, membro suplente (Representantes da Sociedade Civil – Região 2); Gracilene Barreto, membro suplente (Representante da Sociedade Civil – Região 3); Fátima Solange Góes, membro titular e Fabiano Azevedo, membro suplente (Representantes da Sociedade Civil – Região 4); Rozemiro Brito, membro titular e Amauri Figueiredo, membro suplente (Representantes da Sociedade Civil – Região 5); Elidiane Marinho Cardim, membro titular e Cristiane Simões Baia, membro suplente (Representante da Sociedade Civil – Região 6). Também estiveram presentes na condição de convidados: Rosa Mendes, coordenadora de Projetos Industriais (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semas), Rafael Novaes (Área de Suprimentos da Hydro) e Diogo Chevalier (Área de Meio Ambiente da Hydro) e Andressa Santa Brígida da Silva (consultora independente da Hydro para o Item 2.1.1 C do TAC). Além destes participantes, representando a secretaria executiva do Comitê estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Daltro Paiva, Paulo Pantoja e Raphael Castro (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail expedido pela secretaria executiva do Comitê, em 19 de maio de 2021, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 27 de abril de 2021. Antes do início da pauta, Edane Acioli fez uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais. Dando início aos trabalhos, é declarada a abertura da 18ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se no primeiro ponto de pauta: **1) Temas ordinários. 1.1) Informes.** Neste momento são anunciados os nomes dos novos membros eleitos da 6ª representação da sociedade civil, senhora Elidiane Marinho Cardim, como titular, e senhora Cristiane Simões Baia, como suplente. Em seguida, passa-se para **1.2) Aprovação das ATAS das Reuniões anteriores.** A ata da 17ª reunião do dia 27.05.2021 foi aprovada pelos membros em seu texto original. Permanecendo a ata da 15ª reunião em análise pelos membros. Passa-se para o ponto **1.3) Leitura dos encaminhamentos pendentes: 1.3.1) Plano de Aplicação para o recurso das multas depositados no FEMA.** Edane faz a leitura das atualizações que a secretaria executiva recebeu, informando que, a Semas indicou que o valor global atualizado em maio soma o montante de R\$ 35.850,000,00 (Trinta e cinco milhões e oitocentos e cinquenta mil reais). E que a Prefeitura de Barcarena indicou Juliana Nobre como representante para a comissão

da Semas, que tratará do Plano de Aplicação do recurso, **ficando no aguardo da indicação dos demais representantes da sociedade civil e dos ministérios públicos**. Por fim, indica que a primeira reunião dessa comissão está agendada para dia 18 de junho de 2021. Em seguida, passa-se ao **1.3.2) Regimento Interno**. Sem atualizações. **Fica pendente a realização de um momento para tratamento dos parágrafos em estacionamento conceitual em data a ser definida**. E um **evento de nivelamento e tratamento do regimento com os novos membros da sociedade civil das representações 4, 5 e 6 a ser agendado para o mês de junho**. Passa-se para o ponto **1.3.3) Termos de Referência para contratação das auditorias independentes**. **A)** Compartilhamento dos Termos de Referência aprovados e de informações contínuas sobre o processo de contratação e de execução do trabalho das empresas selecionadas para os estudos, visando efetivo acompanhamento dos membros. Nesse item, Edane Acioli informa que haverá uma apresentação nesta reunião do CA para atualização dos membros. Informa também que o MPF realizou uma reunião com os signatários em maio sobre os termos de referência pendentes de publicação, restando três documentos em análise pelo MPF; **B)** Sugestões sobre o processo de contratação e execução dos estudos feitas pelos membros aos signatários durante a 13ª reunião. Edane confirma que a sistematização das questões foram elaboradas e enviadas por e-mail aos signatários com cópia aos membros em 21/05/2021. Passa-se para o ponto **1.3.4) Item 2.1.4 do TAC. Investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável**. **A)** Questões pendentes de respostas da Agência Reguladora (ARSEP), da Prefeitura de Barcarena e demais questões que foram elencadas sobre o tema durante as reuniões do CA, foram sistematizadas pelo IEB e enviadas por e-mail aos membros em 12/04/2021, com cópia para ARSEP, Concessionária Águas de São Francisco e Prefeitura de Barcarena. Neste item, Edane atualiza o status: Hydro informou que as partes signatárias responderão aos membros em breve sobre as questões que lhes foram direcionadas. A Prefeitura de Barcarena informou que fez solicitações de informações adicionais à ARSEP e à concessionária Águas de São Francisco, mas, como não obteve retorno das questões, solicitará uma audiência a partir do gabinete do prefeito com as partes. **Pendente: Retorno da Prefeitura de Barcarena, ARSEP e Águas de São Francisco; B)** Solicitação de inclusão da questão da consulta prévia, livre e informada às comunidades quilombolas e comunidades tradicionais dentro das discussões do projeto de expansão do sistema de água. Edane explica que essa questão foi direcionada aos signatários do TAC no dia 12/04/2021 por e-mail com cópia para todos os membros. Informa também que Juliana Nobre, membro titular pela prefeitura de Barcarena, enviou uma manifestação para ficar registrada em ata: A Prefeitura de Barcarena manifesta concordância com a realização das consultas às comunidades tradicionais conforme rege a Convenção 169 da OIT e, mesmo que não haja protocolos de consulta específicos em todas as comunidades, que seja garantida a consulta dentro dos protocolos indicados pela OIT. **Pendente: Manifestação dos signatários sobre a questão; C)** Apresentação de um documento explicativo, pelos signatários, justificando a escolha da área a ser implementado o projeto de expansão da rede de abastecimento de água. **Pendente: Apresentação do documento explicativo pelos signatários; D)** Solicitação dos últimos estudos feitos pela concessionária Águas de São Francisco sobre presença de metais pesados na água. Edane informa que a secretaria executiva enviou, por e-mail em 03/05/2021, a solicitação à concessionária com cópia aos membros e à ARSEP. Na sequência, Renée Chaveiro (Águas

de São Francisco) confirmou o recebimento do pedido e informou que estão trabalhando na resposta. A promotoria de Barcarena do MPPA, promotor Renato Bellini, enviou à secretaria executiva em 25/05/2021, documentos referentes à análise de qualidade da água de algumas localidades de Barcarena, que serão encaminhados aos membros na sequência. **Pendente: A solicitação ficou sem prazo definido, assim, aguarda retorno da Concessionária Águas de São Francisco sobre os estudos da qualidade da água de Barcarena; E)** Solicitação aos signatários que nesse projeto do investimento de R\$5 milhões seja estabelecido um cronograma com prazos para as etapas de discussão, de aprovação e de execução. **Pendente: A solicitação ficou sem prazo definido, aguardando retorno das partes signatárias.** Ao final da atualização dos encaminhamentos, abriu-se para manifestação dos presentes. Renato Bellini explica que o MPPA fez um levantamento interno, buscando recuperar casos que dizem respeito à fiscalização da qualidade da água no município de Barcarena, e encontrou dois procedimentos que foram instaurados, após a formalização de reclamações. São esses os documentos encaminhados à secretaria executiva no dia 25/05/2021, e que devem ser disponibilizados aos membros. Explica que o primeiro se refere à comunidade Arapari, onde houve pedidos para avaliação da qualidade da água fornecida pela concessionária. Bellini relata que ao longo de 2018 foram feitas coletas de água na comunidade Arapari e que, no início das coletas, a água estava fora dos padrões de qualidade, mas, ao final das coletas, a qualidade da água atendeu aos padrões mínimos de potabilidade e que a referida ação pública resultou em um acordo judicial. O segundo caso foi do bairro Centro de Barcarena. Bellini explica que, ainda no curso do inquérito civil foi comprovado, após a coleta e teste da água, que estava dentro dos padrões de potabilidade e, ao final desse processo, gerou-se um TAC assinado junto à concessionária Águas de São Francisco. O promotor fala sobre fluxos de registros de reclamações sobre a qualidade da água, que envolve, primeiramente, o setor de reclamações da concessionária, que geram protocolos de atendimento, além da agência reguladora do município, que também pode receber essas reclamações e endereçar ao MPPA. Renato entende que a demanda precisará do envolvimento de outros órgãos para formar uma força tarefa para tratar da questão, visto que é citado pelos membros da sociedade civil que a situação de má qualidade da água ocorre em diversos bairros do município. Por fim, Bellini pondera que, além do longo tempo necessário para atender à demanda requisitada de verificação da qualidade da água prestada pela concessionária, frisa que, a concessionária não está presente como signatária do TAC, o que acarretaria em um afastamento do que está descrito para cumprimento na cláusula que trata do tema no TAC, podendo prolongar seu andamento e concretização, sendo mais viável tratar do tema da qualidade da água em outro processo separado, que poderá ser encaminhado ao MPPA. Em seguida, Jackeline Sales afirma que existem reclamações que seguem os protocolos citados pelo promotor, mas que, até o momento, não se teve respostas. Jackeline propõe a criação de outro grupo específico, no modelo de um comitê de acompanhamento, para tratar o tema da qualidade da água, que, sem as devidas apurações, acaba estagnando todo o trabalho relativo ao projeto da água no TAC e, rememora uma fala do procurador da república Ricardo Negrini, de que o tema da qualidade da água no município não deverá ser discutido no TAC, e sim pela promotoria de Barcarena do Ministério Público do Estado, reafirmando que essa poderá ser uma saída viável para se avançar com o tema no TAC, porém, frisa que existem muitas reclamações acerca do serviço prestado pela concessionária e sem alguma alternativa paralela ao que se discute no âmbito do TAC, ficaria mais difícil o andamento da cláusula. Mário Santos

expressa que, em seu entendimento, a discussão sobre a qualidade da água seja objeto de discussão do TAC. Mário pede que haja comunicação mais coordenada entre os ministérios públicos estadual e federal sobre os processos que ambos tenham participação. Reitera que esse é essencial, pois, existem laudos que comprovam que uma parte da população está adoecida com níveis de metais pesados acima do normal no organismo e a coordenação entre os órgãos públicos darão celeridade aos processos. Mário pondera que a qualidade da água, segundo pesquisas feitas por pesquisadores e pelo Instituto Evandro Chagas, varia entre as localidades do município, e que, a sociedade civil não se organiza como opositora, mas para o constante diálogo com os órgãos públicos e particulares para que a manutenção da qualidade de vida seja sempre mantida, frisando que a qualidade da água de Barcarena é responsabilidade compartilhada da concessionária, da agência reguladora e da prefeitura municipal. Amauri Figueiredo afirma que o serviço fornecido pela concessionária ainda não chegou até à comunidade Fazendinha e que não se sabe qual é a qualidade da água dos poços no local, que é a única fonte de água que a comunidade dispõe, pois nunca foi feito qualquer tipo de análise de sua qualidade. Amauri diz que o debate sobre a qualidade da água já se estende por muito tempo e que o sistema deveria ser totalmente integralizado nas comunidades, não havendo uma forma de tratamento diferente, fazendo com que existam diferentes padrões de qualidade nas comunidades. Rozemiro Brito diz que, apesar de já se passarem três anos desde a assinatura do TAC, poucas famílias tiveram acesso ao cartão-alimentação. Rozemiro espera que o TAC possa avançar, mas, com atenção à apuração da qualidade da água, visto que as atividades industriais deixam impactos na qualidade da água. Conclui dizendo que existem relatos de moradores que estão com altos índices de metais pesados no organismo. Fabiano Azevedo diz que existem laudos de instituições confiáveis de que os poços de água que abastecem o município de Barcarena estão contaminados, dessa forma, a qualidade da água precisa ser debatida. Conclui reiterando que a qualidade da água deve ser primeiramente analisada, segundo os laudos de entidades, como o Instituto Evandro Chagas e o Laquanam (Laboratório de Química Analítica e Ambiental), para depois serem montados os cronogramas para sua distribuição às comunidades. Fátima Solange fala que o distrito do Murucupi está com as águas contaminadas e dá um relato pessoal acerca das dificuldades encontradas por causa do consumo e qualidade da água que chega até a sua residência, dando ênfase à coloração vermelha e do cheiro forte. Entende que é responsabilidade da prefeitura cobrar da concessionária, por fim, solicita mais ações do ministério público no controle e conclui relatando que algumas comunidades mais próximas passam pelos mesmos problemas de má qualidade da água. Gilvandro Santa Brígida acredita que a discussão sobre a qualidade da água deva ser individualizada, citando a fala de Jackeline para que se monte outro comitê de acompanhamento com a participação da prefeitura, agência reguladora, sociedade civil, concessionária e ministérios públicos para a análise e apuração da qualidade da água. Dando prosseguimento, inicia-se o ponto principal da pauta: **2) Atualização de Item do TAC, 2.1) Apresentação do status do processo de contratação das auditorias independentes com detalhamento dos termos de referência publicados e pendentes de publicação.** Rafael Novaes, da área de suprimentos da Hydro, inicia sua apresentação sobre o processo de contratação das auditorias, explica que, após uma ampla etapa de divulgação pública, as empresas interessadas se inscrevem diretamente no site destinado a esse processo, entregando toda a documentação requerida no edital. E, a próxima etapa se dá através da qualificação das empresas que se inscreveram, onde acontece a verificação dos documentos que foram enviados pelas

empresas no ato da inscrição, para análise e correção de qualquer item em desacordo com o que se pede no edital, além de consulta em base de dados nacionais para certificação da conformidade da empresa com o serviço requerido no edital, sobre a existência de débitos fiscais, por exemplo. Em seguida, as empresas qualificadas para prestar o serviço, no âmbito do TAC, passam por uma aprovação feita pelos Ministérios Públicos e Semas, a partir deste momento, as empresas apresentam suas propostas técnicas e comerciais para serem analisadas, visando adesão ao que se pede no Termo de Referência. Rafael explica que, especificamente para as auditorias independentes que envolvem as cláusulas do TAC, existem seis processos de contratação e que, atualmente, estão abertos dois editais para as cláusulas referentes aos itens 2.1.1 C e 3.1 do TAC. Concluindo sua apresentação, informa que os editais citados já estão na etapa de diagnóstico e homologação das empresas que se apresentaram para a concorrência. Gilvandro Santa Brígida pergunta se existe uma priorização por contratar empresas locais no processo de concorrência. Rafael afirma que não existe uma priorização, mas é garantida a ampla divulgação pública para que qualquer empresa interessada possa se candidatar. Gilvandro pergunta se é a Hydro quem contrata as empresas participantes. Rafael afirma que sim, por determinação do TAC, quem firma o contrato é a Hydro. Gilvandro também indaga se todos os signatários acompanham o processo de contratação e Rafael confirma positivamente. Jackeline Sales pergunta se a pré-seleção das empresas é feita somente pela Hydro ou se todos os signatários participam. Rafael Novaes responde que a Hydro encaminha a lista das empresas aos demais signatários. Explica que, dentro de qualquer processo concorrencial, a partir do momento em que um fornecedor se inscreve, ele vai ser analisado como todos os outros, assim, nessa etapa inicial há uma análise documental, uma verificação para ver se a empresa tem a documentação solicitada para o processo licitatório. Caso a empresa não cumpra essa documentação, ela não será aprovada para a próxima etapa, mas, esse processo todo é compartilhado com as partes do TAC. Rafael completa explicando que, quem analisa essa documentação é o corpo técnico da Hydro ligado ao departamento de compras. Jackeline Sales direciona uma pergunta MPF, questionando se os editais para a contratação das auditorias poderiam ser divulgados dentro do site do Ministério Público Federal? Eduardo Gonçalves responde que sim, que qualquer informação que seja divulgada dentro do comitê poderá ser divulgada no site do MPF. Rozemiro Brito pergunta a Rafael Novais se os institutos de pesquisa e estudos podem participar desse processo de concorrência, citando como exemplo o Instituto Evandro Chagas e a Universidade Federal do Pará. Rafael responde que sim, que qualquer entidade, empresa privada, associação, fundação formada por pessoa jurídica e que tenha em seu escopo de serviços o objeto da licitação, pode concorrer. Mário Santos relembra da primeira reunião sobre esse tema das contratações com Rafael Novais, que foi tratado o que Gilvandro apresentou acima, sobre priorizar as empresas locais, reforçando uma sugestão, que, mesmo que a empresa ganhadora seja de fora, que ela possa contratar pessoas que conhecem Barcarena. Rafael Novaes agradece a lembrança de Mário e incorpora a questão como uma sugestão, relatando que, as contratações da Hydro têm mais de 85% de mão de obra paraense, assim, acredita que, a empresa que ganhar, ela deverá priorizar mão de obra local também. Edson Maciel explicou que o processo de seleção considera a valorização da mão de obra local e a justa concorrência. As partes signatárias do TAC também consideram relevante a participação de empresas e instituições paraenses, conforme explicou Eduardo Bustamante, representante da Hydro, na 13ª reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Jackeline pergunta se

serão divulgados os nomes das empresas que participaram do processo de concorrência. Rafael responde que não é divulgado, somente o resultado final por questões de sigilo, para garantir a equidade para as empresas apresentarem suas propostas, sendo um procedimento normal no processo concorrencial. Jackeline sugere que é importante essa divulgação, mesmo que seja no final de todo o processo, pois é uma garantia de transparência do processo de concorrência. Ao final, encaminha-se que será enviado aos **signatários a seguinte pergunta: após o encerramento de todo o processo de concorrência, depois do resultado final, seria possível a divulgação dos nomes de quem participou do processo concorrencial?** Dando prosseguimento, a convidada Andressa Santa Brígida inicia sua apresentação, dizendo que fez parte da equipe de elaboração do termo de referência que trata do desenvolvimento da avaliação epidemiológica clínica e laboratorial, no âmbito do item 2.1.1C do TAC. Em seguida, apresenta os conceitos de epidemiologia e de estudos epidemiológicos, apontando quais são os objetivos e funções científicas destes para os serviços de saúde. Após, frisa que o termo de referência tem como objeto o desenvolvimento de um estudo epidemiológico, o qual incluirá avaliação clínica e laboratorial de comunidades, adotando técnicas de amostragem estatísticas em uma metodologia adequada, que seja previamente validada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), um órgão ligado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CNEP). Andressa explana que os estudos deverão seguir duas etapas: primeiro deverá ser feito uma revisão bibliográfica e pesquisas de dados disponíveis, visando a elaboração do protocolo de pesquisa. A segunda etapa visa a execução do protocolo de pesquisa previamente aprovada pelo CEP, nesse protocolo haverá: coleta de dados, potencial avaliação clínica e laboratorial, tratamento de resultados em uma ou mais fases de pesquisa, de acordo com os resultados encontrados e tratamento de dados, além disso, esses protocolos deverão ser aprovados pelo CNEP, entidade ligada ao Ministério da Saúde, acontecendo a etapa dois, somente após a aprovação dos protocolos. Em seguida, Andressa fala que essa segunda etapa deverá realizar e validar uma amostragem metodológica, através de um projeto piloto, dos diferentes extratos da população, tais como gênero, local de moradia, idade, ocupação, naturalidade etc., que estarão alinhados com os parâmetros estabelecidos no protocolo que será submetido ao CEP para validação. Andressa segue informando quais são os procedimentos além da aprovação, direcionados às medidas de suspensão ou afastamento da empresa responsável pelos estudos, além de citar os canais de denúncias para os moradores envolvidos nas coletas, cita a Resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde, que garante a participação voluntária da população investigada, além do recebimento de um documento que contenha as informações sobre o processo, objetivo e a metodologia para que a população tenha autonomia para decidir participar dos estudos. A convidada conclui que, junto a esses estudos, será utilizada uma série histórica de dados para comparação de informações nos anos de interesse e que esse processo deverá ser concluído através de um relatório final que incluirá tratamento estatístico, discussão de resultados, análise probabilística de causalidade, bem como, a força de eventuais associações que possam ser identificadas, usando um critério chamado de *Austin Bradford Hill*. Após o encerramento da apresentação, Jackeline Sales pede a palavra e pergunta à Rafael Novais em qual etapa se encontra a contratação dessa auditoria apresentada por Andressa, e caso se considera o tempo de um ano para que se entregue a pesquisa, como estão pensando a metodologia de trabalho considerando a pandemia. Rafael explica que, após a contratação, o prazo de um ano para a realização dos serviços começará a contar.

Jackeline pergunta quanto tempo levará para se contratar a empresa, desde a divulgação do edital até a contratação final. Rafael responde que, se não houver atrasos nas etapas iniciais de seleção, apresentação de propostas, negociações e apresentação para os ministérios públicos, tem-se a estimativa de pouco mais de 70 dias. Jackeline direciona um questionamento à Andressa sobre qual o cronograma de execução de estudos pela empresa contratada. Andressa afirma que isso varia de acordo com a metodologia que a empresa empregará. Jackeline pergunta se a empresa já precisaria ter uma inscrição no CONEP e pede mais explanações acerca do procedimento que envolve o CONEP. Andressa explica que todo projeto dessa natureza precisa ter um número de inscrição novo, e que cada área de projeto pede um tipo diferente de avaliação, assim, a empresa contrata irá solicitar ao CONEP a numeração que envolve a pesquisa específica. Jackeline pergunta se o termo de referência abrange avaliação e tratamento para casos de metais pesados identificados, se haverá toxicologista ou outros especialistas para as análises. Andressa afirma que será avaliada a presença de metais pesados no organismo e que as análises serão divididas em avaliação socioeconômica e toxicológica, e ainda se definirá a matriz biológica pesquisada, podendo ser cabelo, sangue ou outro material, onde a empresa contratada decidirá qual usar e apresentará na sua proposta técnica. Jackeline pergunta quanto é o valor que será investido no termo de referência. Andressa diz que não sabe informar o valor. Diego Chevalier, da área de meio ambiente da Hydro, informa que o estudo terá uma equipe multidisciplinar e que o termo de referência ficará disponível, após esta apresentação, para os membros do comitê. Gilvandro pede a palavra e traz dois questionamentos: qual é o prazo a contratação da empresa e a apresentação dos resultados e porque ainda não se convencionou a matriz biológica a ser coletada nos estudos, visto a existência de questionamentos acerca da confiabilidade em matrizes além da amostra sanguínea, para não gerar vieses nos resultados. Andressa informa que o prazo após a seleção da empresa é de 240 dias úteis e que, em relação à matriz de coleta, isso vai ser definido nas propostas técnicas feitas pelas empresas, que apresentam vasta experiência nesse tipo de estudo e saberão qual será o material a ser coletado. Gilvandro finaliza demonstrando preocupação acerca da definição da matriz biológica a ser coletada nos estudos. Jackeline expressa também preocupação em não se definir antecipadamente a matriz biológica de coleta dentro do termo de referência e deixar esta decisão para as empresas contratadas, questionando se as empresas contratadas terão prerrogativa para optar pelo uso de estratégias financeiramente mais baixas, visto o valor do custo de avaliações dessa natureza e se a pesquisa levará em consideração estudos preliminares. Andressa afirma que pesquisas anteriores serão utilizadas, desde de que tenham embasamento científico e Diogo Chevalier complementa afirmando que os processos de seleção dividem áreas técnicas e financeiras, dizendo que a empresa promove a escolha da melhor técnica independentemente do valor que ela apresente, não havendo intuito de economizar na realização dos exames, avaliações e estudos, explanando que o responsável técnico da empresa contratada determinará qual será a matriz biológica de acordo com outras particularidades do estudo com as características de cada pessoa, sendo feita uma abordagem abrangente pelos especialistas. Elidiane Cardim pede a palavra e inquiri como será feita a avaliação sem viés, em virtude do tempo que se passou desde o evento e qual exame determinará a presença de metais pesados de forma acurada. Andressa diz que isso pode variar de acordo com fatores como tempo de exposição, qual metal pesado especificamente a pessoa foi exposta, mas que, de maneira geral, esses metais têm um elevado tempo de permanência no organismo, em

virtude da sua capacidade de bioacumulação, deixando um tipo de dano evidente e de fácil percepção através de exames. Edane Acioli agradece a participação dos convidados e informa que, caso haja outras questões que os membros reflitam posteriormente sobre as apresentações, eles poderão encaminhar por e-mail aos convidados, solicitando os esclarecimentos. **Fica pendente a apresentação do Termo de Referência do Item 3.1 do TAC, que já está em processo de concorrência.** Dando prosseguimento à reunião, passa-se para o **3) O que ocorrer.** Foi levantada a discussão sobre a periodicidade das reuniões do comitê. Inicialmente, Edson Maciel rememora uma discussão que já havia sido feita em reuniões passadas do CA a respeito da periodicidade das reuniões, que seguindo as determinações do regimento, a partir do momento em que o comitê estivesse com a composição com cinco representações da sociedade civil, as próximas reuniões deveriam ser realizadas a cada dois meses. Edane Acioli reforça a fala de Edson e afirma que sim, que este regramento está no regimento do CA, mas que, as reuniões se mantiveram mensais até que se entrasse a sexta representação da sociedade civil, devendo agora entrar em um fluxo de reuniões bimestrais. Os membros Rozemiro Brito, Elidiane Cardim, Fátima Solange e Amauri Figueiredo se posicionam dando opinião de que as reuniões deveriam continuar mensais. Gilvandro Santa Brígida, Gracilene Barreto e Edson Maciel reforçam o entendimento do regimento de que as reuniões sejam, desde então, de forma bimestral. Edane Acioli reforça o entendimento de que a periodicidade não é uma questão de opinião, é uma especificação de procedimento regimental e contratual. E que, sobre momentos de nivelamento e atualizações de informações, lembra que há outros instrumentos do próprio comitê, como os encaminhamentos que são tratados por e-mails, o grupo de WhatsApp dos membros, as reuniões extraordinárias, as oficinas de nivelamento. Jackeline Sales analisa que, ao mesmo tempo em que é positivo espaçar mais as reuniões, pois se tem mais tempo para momentos de estudo para os temas do TAC, entende-se que, os novos membros da sociedade civil precisam de maior entendimento do andamento do TAC e de repasse de informação com as reuniões. Edson reforça que, quando se elaborou o regimento, houve a preocupação em se garantir espaços de atualização para os novos membros do CA, garantindo momentos de nivelamento para que pudessem se apropriar adequadamente dos temas e participar das reuniões do comitê. Posteriormente, seguiu-se para a definição do ponto **4) Pauta e data da próxima reunião.** Como pauta foram sugeridos dois temas, a continuidade da discussão do **item 2.1.4 do TAC, projeto da água, e a atualização sobre o cartão-alimentação.** Mas, por conta do horário e por não haver todos os membros na reunião, não houve definição da pauta. Assim, a partir das discussões anteriores, a data e a pauta da próxima reunião serão definidas por meio de comunicações internas entre os membros do Comitê. **Ficando encaminhado que o IEB irá enviar um comunicado aos membros por e-mail para tratamento do tema da pauta da 19ª reunião do CA e trará os esclarecimentos sobre a periodicidade das reuniões para consulta aos membros e às partes signatárias.** Finalizando a reunião, Edane Acioli agradece a participação de todos e todas. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17:50h, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.